



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026 ATA APROVADA

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEGUNDO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 2 dias do mês de fevereiro de 2025. Às 15h22min, o Presidente em exercício, Vereador André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 8.560/2025, de autoria da Vereadora Cida Oliveira, para discutir a atual situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Foram convidados: Diretores do Sintect-JFA (Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares em Juiz de Fora); Sindicato dos Bancários; Sindute; Senhor Reginaldo de Freitas, Diretor da CUT Regional; Senhor Emerson Marinho, Secretário-Geral da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos); Deputado Betão; e Professor Flávio Bitarello. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no *site* oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, a Vereadora Cida Oliveira falou que esta Audiência Pública foi solicitada pelo Sindicato dos Correios, representado aqui pela Presidente Conceição. Frisou que os Correios são "nossos" porque são uma empresa pública. Agradeceu a Mesa Diretora por agendar esta Audiência, pois sabe que a agenda para isso é curta e vários colegas fizeram pedidos de audiências. Disse que tratar deste assunto é algo sério, urgente e que não comporta meias palavras, pois é sobre o futuro de uma das instituições mais estratégicas do Estado brasileiro. Informou que essa é uma empresa com mais de 360 anos de História, presente em todos os 5.567 municípios, responsável por mais de 80 mil empregos diretos e centenas de milhares indiretos. Falou que os Correios conectam o país, o urbano, o rural, o interior, as regiões remotas e cumprem funções que vão além da lógica do mercado. Destacou que eles entregam encomendas e cartas, mas também garantem a distribuição de vacinas, provas do Enem, urnas eletrônicas, livros didáticos e serviços essenciais que sustentam políticas públicas nacionais. Exemplificou com a época da pandemia da Covid-19, em que os entregadores chegaram a ir de barca para entregar vacinas em lugares mais remotos. Enfatizou que um estado que cuida do seu povo tem como obrigação o levar e o trazer. Comunicou que os Correios vivem hoje uma crise que gera medo e apreensão na categoria: prejuízo bilionário, queda significativa nas receitas e aumento expressivo de despesas administrativas e financeiras. Apontou, no entanto, que essa crise não começou agora, sendo resultado de um sucateamento deliberado, preparando os correios para a privatização. Relatou que, ao longo dos anos, houve decisões políticas de retirada de recursos da empresa e de falta de investimento. Defendeu que nenhuma privatização pode acontecer. Declarou que é sempre assim: primeiro sucateiam, ou seja, enfraquecem a empresa pública, cortam investimentos, precarizam a estrutura, desmontam políticas de pessoal e criam narrativas de que ela não funciona, para depois vendê-la. Destacou que nos países europeus há uma tendência contrária, que é a estatização das empresas. Afirmou que privatização nunca foi solução, mas, sim, parte do problema. Disse que cobra do Governo para que tenha um olhar diferente para essa empresa pública, porque não permitirá que aconteça algo contrário ao interesse público. Ressaltou que empresa privada não colocará caminhão ou balsa para entregar pequenas encomendas em lugares remotos, onde o lucro é baixo e o custo é alto; já os Correios têm que estar em todas as cidades, dando lucro ou não. Mencionou a privatização da energia em São Paulo. Afirmou que defender os Correios como empresa estatal é uma medida de defesa da soberania nacional, de integração do território e de acesso igualitário a serviços essenciais. Acrescentou que defender os Correios é defender o direito da população de ser atendida onde mora



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026 ATA APROVADA

e não apenas onde o mercado acha interessante. Deixou registrado para a direção do sindicato que seu mandato tem uma posição clara e pública: é contra qualquer tentativa de privatização dos Correios e que podem contar com ela para qualquer luta que vier. Expressou que o Governo Federal precisa assumir sua responsabilidade e que essa defesa exige ação concreta, um plano real de recuperação, com aporte financeiro, recuperação de créditos, investimento em estrutura, tecnologia e pessoal. Declarou que não aceita que a solução seja demissão, fechamento de agências ou precarização do trabalho. Esclareceu que esta Audiência Pública tem o objetivo muito claro, que é garantir transparência, ampliar o diálogo e ouvir quem entende do assunto, pois só assim será possível apontar caminhos para garantir o futuro da empresa e os direitos da categoria. Mencionou a luta dos entregadores, que sobem morros, debaixo do sol, com a bolsa cheia de cartas e encomendas. Afirmou que a população os recebe com muita alegria, oferecendo água e café. O Presidente em exercício concordou que os Carteiros são muito bem-vindos e disse que a Vereadora Cida Oliveira sempre defende a não privatização. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Jaime Carvalho, da Associação dos Aposentados dos Correios, falou que os trabalhadores dos Correios não merecem "mais" respeito e devem ser "mais" bem-vistos, pois acredita que, nos últimos 15 ou 20 anos, esses trabalhadores não estão sendo bem-vindos ou respeitados de forma alguma, principalmente os aposentados, pois foram retirados direitos. Falou que o STF está cortando "regalias" e questionou se há alguém que acha que um salário e meio para o Carteiro é regalia. Contou que o aposentado pagou pelo plano de saúde por 35 anos, mas, a partir de 2018, foi implantado sobre ele mensalidade e, a partir de 2020, o plano de saúde do aposentado foi cortado. Afirmou que o ecetista não quer privilégio e que nunca foi privilegiado. Comentou, ainda, que a empresa, ao longo dos anos, trocou salário real por benefício, benefício esse que não foi levado para a aposentadoria. Disse que, se isso é considerado regalia, então que transformem os benefícios em salário real, com o qual pagarão impostos, porém poderão levar o valor para a aposentadoria. Falou que os trabalhadores querem respeito e precisam de mais visibilidade nas discussões. Avisou que as eleições estão chegando. Lamentou que 73% do lucro foi retirado da ECT, enquanto, no máximo, era para ter retirado 25%. Assim, afirmou que não se pode restringir a situação dos Correios ao Governo recente. Falou que a atual gestão quer cortar gastos, porém perguntou onde ela fará isso. Questionou como a empresa enfrentará a concorrência e se modernizará se eram 105 mil trabalhadores e agora são 88 mil, sendo que querem cortar mais 15 mil. Questionou ainda o motivo de não se repor os 15 bilhões de reais retirados da ECT. Informou que essas contas foram feitas pela Controladoria Geral da União. Disse que o Governo quer cortar despesas na folha de pagamento daqueles que fazem o Correio acontecer. A Senhora Maria Raymunda Cardozo Almeida, membro da direção estadual do Sind-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação), disse que, enquanto sindicalistas, eles dividem todas as preocupações, principalmente em relação à questão das estatais e dos Servidores Públicos. Complementou que a sociedade, de forma geral, deveria defender os Correios, pois essa empresa chega onde as políticas públicas não chegam. Parabenizou a fala da Vereadora Cida Oliveira quando mencionou o período de pandemia e afirmou que, nessa crise, ficou muito claro qual é o papel de uma estatal e qual que é o papel do setor privado. Alegou que as crises são essenciais para o aprendizado, porém, por vezes, essa oportunidade é desperdiçada. Falou que o Servidor Público existe em função da sociedade. Declarou que, quando se luta em defesa de uma estatal, luta-se em defesa de toda sociedade. Citou os EUA e a China, dois países que mais desenvolvem tecnologia e cujo serviço de correio é público, por ser estratégico. Atrelou a defesa deste setor com a defesa pela soberania nacional. O Senhor Jorge Bento, aposentado dos Correios, manifestou-se bastante impressionado com a explanação da Vereadora Cida Oliveira, pois, de uma forma resumida, foi dito tudo o que está acontecendo nos Correios. Contou que trabalhou nos correios por 36 anos e mais 5 anos após aposentado, e nunca apresentou um atestado médico, pois trabalhava por prazer. Disse que foi Mensageiro, Carteiro, Gerente por 4 anos e Supervisor Operacional por 13 anos, tendo trabalhado na Zona Rural. Relatou que, em 2015,



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026 ATA APROVADA

percebeu que a situação estava mudando, com cartas sendo entregues com uma semana já vencidas e demissões voluntárias de 10 mil funcionários sem reposição, e isso começou a incomodá-lo. Contou que, nesse momento, resolveu sair, porque não queria compactuar com isso. Informou que o Correio nunca dependeu do Tesouro, tendo sempre receita, mas agora depende de um empréstimo desnecessário. Questionou por que, se tinham que ser repassados 25% dos dividendos, mas retiraram 73%, não há devolução do que foi retirado a mais para evitar o problema em que se chegou. Reforçou a questão do plano de saúde, que deveria ser vitalício e sem cobrança e que depois passou a ser cobrado, pois tiraram o direito à vitalidade do plano. Contou que hoje utiliza o SUS. Afirmou que é preciso que os Deputados Federais, Senadores, principalmente Deputado Estadual e Vereadores olhem um pouco mais para a classe trabalhadora, porque, declarou, se culpa o Poder Executivo, mas os Poderes Legislativos, de um modo geral, têm que fiscalizar corretamente, não deixando acontecer uma situação dessa. Passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, o Senhor Reginaldo de Freitas, Diretor da CUT Regional, elogiou as falas anteriores. Falou que os Correios não foram criados para dar lucro, mas para encurtar distâncias e aproximar pessoas. Por isso, informou, quiseram abrir este debate com a sociedade e com a classe política. Disse que os Correios fazem esse serviço há mais de 368 anos com maestria. Mencionou que a empresa foi classificada como entidade de confiança, perdendo apenas para a família e o Corpo de Bombeiros. Relatou que os Correios vão onde a Polícia Militar e as políticas sociais não vão. Citou que, nos EUA, há aporte do Governo Federal nos Correios de 4 bilhões e meio, enquanto aqui há retirada de dinheiro, pois os Correios sempre foram superavitários. Afirmou que os Correios nunca precisaram de dinheiro do governo, pois os benefícios sempre foram pagos com o "suor do chão de fábrica". Pediu apoio dos políticos, lembrou que eles também enviam correspondência e que, nos Correios, há voto de Direita e de Esquerda, pois não são de nenhum Governo. Reforçou que a população tem que apoiar os Correios, não deixar que privatizem nem que fechem agências, lembrando que, quando isso ocorre, há demissões, o que considera uma violência social. Mencionou que os Correios já foram a maior empregadora da América Latina, tendo chegado a cerca de 125 ou 130 mil trabalhadores. Destacou, ainda, que há a luta do fim da escala 6x1 e questionou como ficaria o serviço com menos Servidores. Frisou que empresa privada não entregará no Norte e no Nordeste. Pontuou ainda que, além de urna, encomenda, carta e vacina, os Correios carregam órgãos para transplante humano, provas do Enem e livros didáticos. O Senhor Emerson Marinho, Secretário-Geral da Fentect, agradeceu a todos os presentes e aos que estão assistindo a esta Audiência Pública, que trata de um tema sensível e importante para a sociedade de Juiz de Fora, Zona da Mata e Vertentes, pois este é um momento muito complexo pelo qual a Empresa Brasileira de Correios passa. Disse que é necessário aprofundar este debate, discutindo as causas desta crise econômica e também o motivo da defesa aos Correios. Falou que os Correios são uma instituição estratégica para o Estado brasileiro e para a garantia de política pública e de indução socioeconômica em todo o território nacional. Contou que o plano de reestruturação anunciado pretende fechar mais de 1.000 agências, o que trará impacto direto de um apagão postal e logístico nas áreas que mais precisam do serviço de integração dos correios, em áreas mais afastadas, rurais e periféricas, ferindo diretamente o que está garantido no artigo 21 da Constituição Federal, inciso 10, que é a garantia dos serviços postais em todo o território nacional, conhecido como universalização. Reforçando a fala da Vereadora Cida Oliveira, disse que esta crise é consequência de um processo de sucateamento, mas também de manipulação dos números contábeis. Disse que entregou um robusto dossiê na época da transição, demonstrando que o Governo anterior manipulou os números. Falou que hoje não há como manipular e que a verdade está dita no parecer tanto do TCU como nos tribunais de prestação de contas. Comentou que, em 2020, os precatórios foram frustrados pelo Governo anterior, o que trouxe de volta de receita para a empresa fictícia a ordem de mais de R\$ 2 bilhões, e os benefícios dos trabalhadores foram cortados em mais de 800 milhões com julgamento no TST, o que fez com que a empresa alcançasse um caixa fictício com o balanço positivo na ordem de 3 bilhões. Disse ainda que o que



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026 ATA APROVADA

não se fala é que, durante alguns governos tanto de Esquerda quanto de Direita, foi retirado dinheiro do caixa da empresa, sendo isso chamado de antecipação de dividendo. Expôs que, só no Governo Dilma, foram retirados mais de 3 bilhões e 800 milhões de reais que jamais voltaram para fazer superavit e, no Governo Bolsonaro, foram 2 bilhões de reais. Falou que, assim como dito pelo Senhor Reginaldo, esse dinheiro foi produzido pela classe trabalhadora e afeta diretamente qualquer sustentação financeira de uma empresa como os Correios. Comunicou que, além disso, o Legislativo brasileiro, em 2024, na Câmara dos Deputados, votou a chamada "Taxa da Blusinha", que retirou dos Correios 4,5 bilhões de receita, porque os usuários que comprem no mercado internacional são taxados na origem e porque houve a quebra da exclusividade dos Correios no tratamento de encomendas internacionais até 150g. Em suma, disse que essas são algumas das causas para a situação atual dos Correios. Declarou que não se tem empresas públicas para darem lucro, mas, sim, para servirem à população brasileira, e esse o papel dos Correios em um país de dimensão continental, que tem uma extrema exclusão social do ponto de vista logístico e tecnológico. Afirmou que os Correios são a empresa que liga os 5.570 municípios, garantindo cidadania e desenvolvimento socioeconômico para os pequenos e microempreendedores que utilizam os Correios como fonte de remessa das suas mercadorias. Acrescentou, ainda, que, em 2023, foi aprovada uma lei de serviço preferencial para os Correios, Lei nº 14.744, de 30 de novembro de 2023, em que órgãos públicos podem contratar preferencialmente os Correios como empresa logística na entrega de remédio, livro e todo o serviço, assim, pediu que esta Casa pense em um projeto para garantir essa parceria com os Correios, a fim de que a população de Juiz de Fora e Zona da Mata não seja prejudicada com o fechamento das agências. A Senhora Conceição Alves da Silva, Presidente do Sintect-JFA, agradeceu à Vereadora Cida Oliveira que viabilizou esta Audiência. Considerou ser importante trazer esta discussão sobre os Correios para toda a população para que se entenda o que está acontecendo, pois, além de toda a crise, há um ataque muito grande por parte da grande mídia, que sempre mostra especialistas cuja solução para tudo é privatização. Recordou quando o Rio Grande do Sul foi atingido por uma grande enchente e as empresas deixaram de atender os locais atingidos, enquanto os Correios entregaram 30 milhões de toneladas de doações. Reforçou que os Correios estão presentes nos 5.570 municípios brasileiros, sendo que apenas cerca de 500 deles dão lucro, ou seja, 8% do território. Afirmou que os Correios não foram criados para dar lucro, mas para prestar um serviço à população. Questionou se a polícia e o judiciário dão lucro e, se não, se deve privatizar por causa disso. Completou que cada instituição pública, dentro de seu campo, tem a sua importância para o país. Citou os Correios americano e espanhol, que tiveram deficit de 9 bilhões e de 450 milhões, respectivamente, e mesmo assim não serão privatizados, pois seus governos entendem que isso está ligado à soberania e à cidadania. Falou que, quando entrega livro didático em mais de 1.700 Municípios, está garantindo o direito constitucional à educação e, quando entrega as urnas eletrônicas nos rincões do Brasil, garante a cidadania através do voto. Reforçou que empresa privada não vai entregar onde é longe, não dá lucro e é perigoso, isto é, é a população mais vulnerável que perde. Destacou que é preciso ampliar este debate, inclusive as representações políticas. Pontuou que não existem lados, pois são todos brasileiros, defendendo uma empresa pública de qualidade a serviço do povo brasileiro. Contou que, quando houve a liberdade dos escravos, no século XIX, os Correios contrataram diversos homens negros, pois a grande maioria, após a abolição, ficou à margem da sociedade. Ressaltou que é necessário rever este discurso: os Correios não deram prejuízo, mas, sim, perderam receita. Falou que isso é um projeto para privatizar e tirar esta empresa do povo brasileiro. O Senhor Alan Marques, Diretor de Finanças do Sintect-JFA, contou que é carteiro há 22 anos. Disse que a história desta empresa se confunde com a História do Brasil. Mencionou que são 80 mil trabalhadores na ativa e milhares de aposentados que dependem dos Correios, com plano de saúde e previdência complementar. Comunicou que falar em privatização é colocar esses 80 mil trabalhadores na rua, deixando suas famílias desamparadas. Disse que a voz dos trabalhadores dos Correios não chega na grande mídia, para que possam falar, por exemplo, que, no Governo passado,



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026 ATA APROVADA

foram retiradas quase todas as cláusulas do acordo coletivo, prejudicando os trabalhadores. Relatou que, durante 6 anos, essa empresa foi sucateada e preparada para a privatização. Sugeriu que as pessoas procurem saber com os Carteiros, Atendentes e outros trabalhadores o que realmente está havendo. Rebateu a fala de que "no passado deu lucro", afirmando que é claro que deu lucro, visto que tiraram tudo dos trabalhadores, pararam de pagar os benefícios, fecharam agências, demitiram trabalhadores. No entanto, reforçou a fala dos colegas de que os correios não foram criados para dar lucro, assim como o INSS, as Forças Armadas e o Judiciário. Encerrou dizendo que o cidadão, político, Vereador, Deputado ou Senador que é a favor da privatização dos Correios, é contra o seu estado e seu Município. Agradeceu à Vereadora Cida Oliveira pelo espaço. O Senhor Sandro Tavares, Advogado do Sintect-JFA, informou que presta assessoria ao sindicato dos Correios de Juiz de Fora e região há 18 anos e também ao sindicato de Uberaba e Uberlândia, que somam uma faixa de 300 cidades em Minas Gerais. Mencionou que o artigo 21 da Constituição Federal (CF) traz o serviço postal como um serviço essencial à população brasileira, o que significa que a CF eleva o serviço postal ao serviço de segurança pública, saúde pública e demais serviços básicos que toda a população brasileira deve ter. Informou que todo serviço essencial à sociedade deve ter suas características de proteção legal porque a sociedade é dependente desse serviço, um serviço de excelência e prestado de forma totalmente eficaz, segura e objetiva. Enfatizou que há uns anos vem havendo uma prevaricação muito forte dos direitos desses trabalhadores. Citou que, de acordo com o TST, os Correios são um dos maiores, se não os maiores, litigantes da Justiça do Trabalho, o que traz um passivo público para a empresa muito grande, causando prejuízo. Avisou que é preciso chamar a atenção dos administradores da empresa de que eles devem mitigar as relações de processos trabalhistas ao máximo. Falou que os trabalhadores sofrem ataques aos seus direitos básicos da CLT e do acordo coletivo de trabalho, exemplificando com a questão do plano de saúde, principal reclamação no jurídico do sindicato. Mencionou outros motivos de ações judiciais, como acidentes do trabalho, altas cargas de trabalho e jornadas extenuantes que levam ao adoecimento. A Senhora Clea Rita Moraes, representante do Sindicato dos Professores (Sinpro), parabenizou a Vereadora Cida Oliveira por trazer esta importante discussão e disse ser uma honra representar o Sinpro nesta luta. Fez coro às demais falas ao discorrer sobre o papel dos Correios como empresa pública, estando onde o mercado não quer estar. Ressaltou a narrativa, a qual chamou de conveniente, de desmoralização dos Correios, para que depois se possa vender a empresa pública "a preço de banana". Afirmou que a queda do envio de cartas é um fenômeno mundial, mas que nenhum país resolveu isso privatizando o seu correio nacional. Comunicou que apenas oito países têm o correio privatizado. Assegurou que países que respeitam a sua soberania, fortaleceram suas empresas públicas e investiram em tecnologia, logística e inovação; enquanto no Brasil querem convencer as pessoas de que a única saída é entregar um patrimônio estratégico à iniciativa privada. Disse que isso não é modernização e, sim, desmonte. Declarou que privatizar os Correios significa excluir milhões de brasileiros, encarecer serviços essenciais e abandonar cidades pequenas. Destacou que colocar os Correios nas mãos de interesse privado é colocar em risco a segurança, a soberania e a própria democracia. Falou que defender os Correios não é negar seus problemas, é dizer que o problema não é o serviço público, mas a falta de compromisso com ele, pois eles precisam de investimento, gestão profissional, tecnologia e valorização dos seus trabalhadores. Questionou a quem interessa vender os Correios e respondeu que certamente não ao povo brasileiro, interessando apenas aos grandes grupos econômicos, aos fundos internacionais e a quem enxerga o Brasil apenas como um negócio, não como uma nação. Enfatizou que é preciso ter os Correios públicos, fortes e a serviço do povo. Frisou que não se pode aceitar que tirem do povo brasileiro um patrimônio construído com décadas de trabalho, suor e recursos públicos. O Senhor Watoira Antonio de Oliveira, Vice-Presidente do Sindicato dos Bancários, disse que está junto na luta com os companheiros ecetistas. Declarou ser contra qualquer tipo de privatização. Disse que, de uns anos para cá, tem havido uma "sanha" por privatização e as pessoas sabem o que significa isso. Falou que



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026 ATA APROVADA

privatizar é tirar direitos da população e empregos de trabalhadores. Apelou para Vereadores, Deputados e Senadores que ajudem esta causa. Reforçou que os Correios não foram feitos para dar lucro. Alegou que todos veem o Brasil como um setor de oportunidade para ganhar dinheiro. Frisou que o Carteiro passa o que for, sol e chuva, cachorro atacando, mas não deixa de cumprir o seu papel, entregando as correspondências. Enfatizou que é necessário lutar com "unhas e dentes" para defender o que é público. Elogiou o discurso da Vereadora Cida Oliveira em defesa dos Correios. Pediu apoio da população. Falou que o Sindicato dos Bancários está presente para apoiar os companheiros dos Correios, tanto contra a privatização quanto para as campanhas salariais. Desejou que o Governo abra uma linha de conversa com o sindicato, que é o que às vezes falta. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado parabenizou a Vereadora Cida Oliveira. Disse que as pessoas podem estar se perguntando por que trazer esta discussão para a Casa, afinal, os Vereadores podem fazer muito pouco em relação a isto. Falou que a população pode estar perdendo um dos serviços, conforme o Senhor Sandro disse, essenciais do país. Declarou que todos falaram muito bem sobre a importância dos Correios, mas acrescentou que eles são o retrato de um país que se recusa a lembrar de suas memórias. Disse que, enquanto se preocuparem em levar para o lado político, só será entregue atraso e prejuízo. Contou que esteve em novembro com o atual Presidente dos Correios e ele falou que, se bem gerida, conforme um dia os Correios já foram, com pessoas técnicas e de responsabilidade, essa empresa pode, sim, dar lucro. Comentou, ainda, que ele estava muito preocupado porque tentava obter um empréstimo de 20 bilhões para sanar algumas dívidas, principalmente daqueles que mais fizeram pelos Correios, que são os aposentados. Mencionou que os aposentados, assim como ocorre em Juiz de Fora, nunca são olhados como precisam ser, sendo descartados após terem feito seu trabalho, mas lembrou que um dia todos se aposentarão e precisarão de todos os serviços. Relatou que o prejuízo dos Correios começou a ser mais elevado em 2022, porque em 2021 houve muita lucratividade, porque, naquele momento de pandemia, eles eram um serviço ainda mais essencial. Afirmou que não se pode perder mais uma empresa para alguém ou alguns que querem sucatear e fazer com que esse serviço essencial para um país que quer evoluir termine. Ressaltou que eles, enquanto Vereadores, pouco podem fazer, mas podem estar junto com os trabalhadores. Informou que seu gabinete está à disposição para qualquer tipo de manifesto, caminhada ou ação. Declarou que "a empresa é nossa, é do Brasil, é de Juiz de Fora, é de todos os mineiros". Passou-se para os Vereadores inscritos. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal disse que não esperava que fosse haver discurso ideológico, queria que fosse um debate direto, mostrando a verdade, e que as pessoas que se dizem representantes tivessem condições de ter a liberdade de falar o que pensam realmente. Disse que há aqui algumas cegueiras ideológicas e isso traz prejuízo, não para as pessoas que estão nesse debate ideológico, mas para os trabalhadores da empresa dos Correios e Telégrafos. Mencionou que ele mesmo, Vereador Sargento Mello Casal, é usuário do sistema também. Falou que as comparações com a polícia foram desnecessárias. Pediu para passar uma apresentação de *slides*. Comentou que as estatais brasileiras, neste Governo atual, que está no poder desde 2003, vêm acumulando prejuízos de 6 bilhões até setembro de 2025. Falou que esse valor representa metade do déficit total das estatais federais. Perguntou quem não gosta de ver o profissional dos Correios chegar com sua carta ou encomenda, afirmando que desde novinho, adorava ver o correio chegando. Mencionou que tentaram colocar como se a mídia estivesse atacando os Correios, mas que eles estão sendo atacados pela má gestão. Citou como causa o aumento de despesas trabalhistas e judiciais. Apresentou os resultados dos Correios anualmente em milhões de reais. Declarou que má gestão não é normal. Relatou que, no Governo do PT, em 2015, foram 2 bilhões de reais de prejuízo; em 2016, no Governo Dilma, foi de 1 bilhão de reais de prejuízo; no Governo Temer, foram 667 milhões de reais de lucro, continuando a empresa a dar lucro até voltar o Governo do PT, quando passou a novamente ter déficit. Destacou que ainda há o plano de corte de 15 mil funcionários. Discorreu sobre a Taxa das Blusinhas, informando que ela foi criada pelo Deputado Átila Lira, do PP, sendo sancionada pelo Presidente Lula. Falou que o Deputado Átila é



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026 ATA APROVADA

Economista e questionou como o Deputado não previu um prejuízo a uma empresa brasileira. Afirmou que a questão não é a privatização ou a não privatização, mas, sim, como segurar o rombo se a gestão pública não está boa. Questionou, se o debate dos representantes está no caminho da ideologia, quem poderá protegê-los. Disse que não vê uma reclamação do Presidente dos Correios com as más gestões anteriores porque todos se omitem, visto que são silenciados. Ressaltou que o problema não está no governo e, sim, na representatividade. Destacou que, enquanto esses representantes estiverem cegos ou não souberem como pressionar os seus governantes, os Correios continuarão dando prejuízo enorme e os trabalhadores, pagando pela má gestão. O Presidente em exercício Vereador André Luiz Vieira justificou a ausência do Presidente da Mesa Diretora Vereador Zé Márcio Garotinho, que está em viagem representando a Casa Legislativa. Informou que os Vereadores Dr. Antônio Aguiar, Juraci Scheffer, Vitinho, Julinho Rossignolli, Roberta Lopes, Dr. Marcelo Condé, João do Joaquinho, Fiote, Negro Bússola, Laiz Perrut, André Mariano, Kátia Franco, Marlon Siqueira e Tiago Bonecão estão todos em compromissos externos. Sobre este tema, concordou que a discussão é mesmo muito polêmica, não só a respeito dos Correios, mas de todas as estatais, porém ressaltou que quem está no "fogo cruzado" é a população, famílias que dependem do salário, assim, é preciso haver um bom planejamento estratégico. Falou que, se não for privatizar, tem que mudar o modelo de administração. Explicou que, do seu ponto de vista, considera que é possível sim dar lucro mesmo não sendo necessário. Compreendeu todos os pontos sensíveis a respeito disso, mas considerou que, se as empresas privadas que surgiram e são concorrentes dos Correios geram lucro, entende que existiria alguma forma dos Correios lucrarem. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal informou que deixou de colocar um último *slide*, contendo gastos do Presidente Lula, mas que o que queria mesmo era trazer a lei da causa e efeito, isto é, quando se planta o negativo, colhe-se o negativo. Também explicou que, quando falou sobre cegueira, em momento algum quis ser desrespeitoso com o representante dos bancários, chamando-o de nobre. Esclareceu que cegueira ideológica é aquela em que não se enxerga a divisão dos problemas, seguindo apenas a ideologia. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, a Vereadora Cida Oliveira concluiu que esta Audiência Pública cumpriu o seu papel. Direcionando-se ao Vereador Maurício Delgado, disse que é fato que os Vereadores em Juiz de Fora não têm condições de interferir em um resultado nacional, mas que é obrigação deles tornar pública a situação em que hoje os Correios se encontram. Comentou que a Câmara é tão ouvida e assistida que tem certeza que as pessoas vão ver a empresa de forma diferente. Falou que esta crise já vem acontecendo há 20 anos e lembrou que, em 2005, houve um rombo causado por um funcionário, mas afirmou que não é por isso que defenderá a privatização. Mencionou que, nos últimos 4 anos, houve privatização da Eletrobras, da Companhia de Docas, do Espírito Santo, e subsidiárias. Enfatizou que não quer que 80 mil trabalhadores vão para a rua. Discorreu sobre o processo de demissão voluntária, em que a empresa começa a tirar direitos, citando a fala do Senhor Jaime. Reforçou que é assim que se faz: sucateia-se a empresa para depois justificar para a população a privatização. Contou que foi no leilão da Vale do Rio Doce para tentar impedir que ela fosse vendida, mas naquele momento o discurso da grande imprensa era de que a empresa estava dando prejuízo. Disse que um ano depois todo mundo estava comprando ações dela porque ela começou a dar lucro. Falou que quem perde são os funcionários. Informou que sua assessoria elogiou a Audiência, pois houve muita informação importante aqui hoje. Declarou que os Correios são uma empresa de dimensão muito grande, então não se pode permitir que isso aconteça. Comunicou acreditar que os Vereadores desta Casa são contrários à privatização dos Correios. Afirmou que é preciso abrir concurso para que os Correios possam chegar a todos os cantos do país. Colocou seu mandato à disposição do sindicato e dos trabalhadores da cidade. O Presidente em exercício parabenizou a Vereadora Cida Oliveira por propor esta Audiência e concordou que ela cumpriu seu papel, porque o papel da audiência pública é justamente discutir os temas relevantes que afetam diretamente a população. Falou que os Correios afetam diretamente não apenas os trabalhadores mas a população em geral. Concordou que houve



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/02/2026
ATA APROVADA

informações relevantes para esta discussão. Agradeceu a presença de todos. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira justificou que o Deputado Estadual Betão estava convidado para esta Audiência, mas ele está em recuperação de saúde e não pôde comparecer. Registrou que ele está junto nesta luta contra a privatização dos Correios. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente em exercício Vereador André Luiz Vieira encerrou a Audiência Pública às 17h. Estiveram presentes: Senhora Clea Rita Moraes, representante do Sindicato dos Professores (Sinpro); Senhor Sandro Tavares, Advogado do Sintect-JFA; Senhor Emerson Marinho, Secretário-Geral da Fentect; Senhora Conceição Alves da Silva, Presidente do Sintect-JFA; Senhor Alan Marques, Diretor de Finanças do Sintect-JFA; Senhor Reginaldo de Freitas, Diretor da CUT Regional; Senhor Watoira Antonio de Oliveira, Vice-Presidente do Sindicato dos Bancários. Compareceram os Vereadores: André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado) e Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado). Para constar, Carolina Lopes Batista, Assistente Técnico Legislativo - Redator/Revisor, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 19 de março de 2026.

José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal

João Wagner de Siqueira Antonio
1º Secretário

